

PROGRAMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA: DECISÃO E DESENHO METODOLÓGICO

Ádria Brum de Azambuja
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SMECD) Soledade-RS
adriaazambuja@yahoo.com.br

Eliara Zavieruka Levinski
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SMECD) Soledade-RS
eliara@upf.br

INTRODUÇÃO

A avaliação institucional é compreendida como instrumento de análise e reflexão sobre o “estar sendo” da instituição na relação com o projeto político-pedagógico, possibilitando indicadores para a afirmação e/ou redefinição das decisões e ações. Simultaneamente, no contexto educacional percebe-se que vivências de processos avaliativos lineares, descontextualizados, padronizados e com a finalidade de ranqueamento geram receios, desconfortos e descrenças.

A avaliação institucional em perspectiva democrática acolhe a prática pedagógica, nas diferentes dimensões, como objeto de investigação, na relação com o projeto político-pedagógico. Essa compreensão se distancia da concepção racionalista, que, de acordo com Brandalise (2015, p. 59) se “limita a medir o rendimento escolar para efeito de regulação, pela qual os órgãos governamentais disciplinam, controlam e modelam unidirecionalmente a escola.”

O Sistema Municipal de Ensino de Soledade (SME), a partir das insatisfações com práticas avaliativas pragmatistas da Lei de Gestão Democrática nº 3870, de 06 de junho de 2017, dos processos de formação continuada e da necessidade de acompanhar e analisar crítico-reflexivamente o processo educacional do sistema e da escola decidiu, de modo coletivo, constituir o Programa Municipal de Avaliação Institucional Participativa (PROMAIP).

Neste texto, pretendemos socializar e refletir sobre o enfoque teórico-metodológico do PROMAIP, como uma representação da gestão democrática do SME e como uma possibilidade de superar concepções e práticas de avaliação que segregam, promovem competitividade e desconsideram a historicidade dos sujeitos.

DESENVOLVIMENTO

A avaliação institucional, na perspectiva democrática, possibilita à comunidade escolar a manifestação de suas percepções acerca da realidade contextual, avaliando os processos que ocorrem no seu interior e no conjunto do sistema. Os resultados das avaliações impulsionam decisões que podem contribuir para a melhoria do próprio processo e das ações desenvolvidas.

O processo de construção coletiva do PROMAIP, com início em 2018, envolveu o grupo dinamizador da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SMECD), professores, diretores, coordenadores das escolas, conselhos escolares, funcionários, pais e alunos. Também está assentado na vontade política do executivo municipal de ter mais um canal de escuta da comunidade escolar acerca dos propósitos e ações em desenvolvimento no ensino público municipal e, conseqüentemente, aperfeiçoar a cidade como território educador.

Essas e outras questões foram mobilizadoras de estudos, mapeamentos da realidade do ensino municipal, relatos de experiências, discussões, decisões e encaminhamentos. O processo é exigente, moroso e sinuoso e está amparado em vários momentos pela assessoria técnico-pedagógica da Universidade de Passo Fundo, por profissionais da educação da área das políticas educacionais e por pesquisas e publicações sobre avaliação institucional e gestão democrática, realizadas por professores da rede municipal no nível de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

O programa tem o objetivo de avaliar o SME e as escolas, participativamente, a partir dos indicativos projetados e em desenvolvimento no projeto político-pedagógico, para redimensionar, reafirmar e projetar as ações que qualificam o ensino público municipal.

O PROMAIP é organizado em três etapas: a) preparação; b) implementação e c) síntese e, com diferentes estratégias que primam pelo olhar contextualizado, escuta dos sujeitos nos territórios escolares e busca de alternativas e condições que permitam a ampliação e o aprofundamento da qualidade educacional. As estratégias são associadas às rodas de conversas dos gestores da SMECD com as comunidades escolares, que acontecem anualmente, à aplicação dos questionários e ao conselho de classe participativo, que tem como finalidade a autoavaliação da escola.

Por sua vez, as rodas de conversas se constituem como espaços e tempos de fala e escuta que colaboram para o exercício da cidadania dos integrantes. Representam ainda uma decisão político-pedagógica de estabelecer diálogo, a partir de diferentes trajetórias e do reconhecimento de que, em torno das questões mobilizadoras, os sujeitos envolvidos na ação refletem, problematizam, agregam e socializam saberes, indicam possibilidades e se observam nos processos educativos da vida e, neles, da escola. As reflexões colaboram para a formação dos envolvidos e impulsionam ações para aperfeiçoar o trabalho no âmbito escolar e/ou do sistema.

O questionário foi organizado a partir do projeto político-pedagógico do SME, de estudos, pesquisas e experiências realizadas em processos de avaliação institucional, na educação básica brasileira. Destinado aos os segmentos, representações das comunidades escolares e ao grupo dinamizador da SMECD, é constituído por cinco dimensões de qualidade: gestão institucional (sistema), gestão escolar, formação continuada, prática pedagógica e avaliação e ambiente físico. No conjunto, há questões de múltipla escolha e de acesso livre para serem respondidas pelos sujeitos com suas próprias palavras.

Foi feito pré-teste com o questionário, o que permitiu localizar dificuldades, problemas e dúvidas, para possíveis adequações e melhorias do instrumento.

A coordenação do processo de aplicação e de análise das constatações é de responsabilidade da Comissão Geral do PROMAIP¹ e da Comissão Escolar, organizadas, participativamente, com representantes dos segmentos das comunidades escolares.

Nesse programa, o conselho de classe participativo é compreendido como um recurso pedagógico no processo de avaliação institucional que a escola poderá utilizar na sua autoavaliação.

Em alguns cenários, encontramos práticas curriculares de conselho de classe, enraizadas em pressupostos de um modelo pedagógico reacionário e individualista, com ênfase nas questões comportamentais. Em outros, a perspectiva de avaliação investigativa não se explica como um momento para “observar e julgar o outro”, mapear notas e comportamentos, mas como um espaço democrático para

¹ A Comissão de Avaliação Institucional do PROMAIP foi organizada com representantes dos diretores, coordenadores pedagógicos, professores dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, da educação infantil, funcionários, Associação de Pais e Mestres, Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis e Grupo Dinamizador da SMECD.

professores, alunos, pais, funcionários e gestores refletirem, debaterem sobre a ação pedagógica educativa, na relação com o projeto pedagógico da instituição.

Para Libâneo (2004, p. 303), “o conselho de classe tem a responsabilidade de formular propostas referentes à ação educativa, facilitar e ampliar as relações mútuas entre os professores, pais, alunos e funcionários e incentivar projetos de investigação.”

O processo de constituição do PROMAIP ocorreu a partir das discussões, inquietações e mobilizações dos professores nos espaços coletivos de formação continuada.

CONCLUSÕES

A avaliação institucional é processual. Relaciona-se com os tempos e lugares, com as permanências e mudanças, com o cotidiano vivido. A decisão político-pedagógica do SME de querer observar-se na relação com o projeto pedagógico, capturar indicadores para aperfeiçoar as práticas educativas e fortalecer os processos democráticos do ensino público municipal reafirma o compromisso com as mudanças necessárias, com as relações de poder partilhado, com a melhoria da educação básica e com o protagonismo dos sujeitos envolvidos.

A construção participativa do PROMAIP adensou sentido e legitimou os coletivos no processo de pensar, discutir, decidir, fazer e avaliar. Para Werle (1999, p. 86), “a participação é um processo de constante desenvolvimento da organização e seus indivíduos, de retomada e avaliação permanente dos caminhos pelos quais a participação se faz.”

Está em andamento a implementação do PROMAIP, mas indicadores já apontados pela efetivação das rodas de conversas e aplicação dos questionários mobilizam reflexões, debates, projetos e programas no SME de Soledade.

REFERÊNCIAS

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. A avaliação institucional na escola pública: os (des)caminhos de uma política educacional. **Educar em Revista**, Curitiba, n. especial, p. 55-74, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/41446>. Acesso em: 6 ago. 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. rev. ampl. Goiânia: Alternativa, 2004.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Processos participativos: uma revisão de estudos. **Cadernos Cedae**, Porto Alegre, v. 5, p. 69-88, 1999.